

Mulher & Política: um Debate sobre a Literatura Recente

Mariza Corrêa

"Clara prétend qu'elle n'a pas la moindre compréhension pour ces 'dames' qui ne sont que des 'appareils sexuels et digestifs'. Comme si chaque femme pouvait devenir 'agitatrice', sténotypiste, téléphoniste ou quoi que ce soit d' 'utile' dans le genre!

Et comme si les belles femmes – la beauté, ce n'est pas seulement un joli visage, mais aussi la finesse et la grâce intérieures – comme si les belles femmes n'étaient pas déjà un cadeau du ciel parce qu'elles sont un plaisir des yeux! Et si Clara se dresse en archange armé d'une épée flamboyante à la porte de l'Etat de l'avenir pour en chasser les Irènes, je lui adresserai, les mains jointes, cette prière: laissez-nous les tendres Irènes, même si elles ne servent qu'à orner la terre, comme les colibris et les orchidées. Je suis pour le luxe sous toutes ses formes." (Rosa Luxemburgo, 1917)

Introdução

A retomada coletiva da questão da situação da mulher na sociedade brasileira em meados da década de 70 levou as participantes dos grupos feministas, ao mesmo tempo em que tinham a sensação de estar começando tudo de novo, a perceber que muitos esforços de reflexão haviam continuado a ser feitos sobre esta questão a nível individual. Esses trabalhos de reflexão, teórica ou apoiada em pesquisas, de certa forma encontraram um lugar apropriado à sua discussão nos grupos que começaram a se formar então porque expressavam, articulavam, nomeavam, elementos das questões particulares que faziam parte da problemática mais geral da situação da mulher. Movimentos de ação coletiva e trabalhos de reflexão individual se encontraram assim num determinado momento histórico

em torno de uma mesma questão e a atuação de suas agentes foi importante também em levar a questão às Universidades, aos meios de comunicação de massas e aos grupos políticos que se (re)organizavam naquele mesmo período.¹

A própria ampliação do movimento feminista e sua conseqüente diversificação influenciaram a pesquisa acadêmica, apontando questões sobre as quais tínhamos pouca informação, ou nenhuma, e sugerindo novos temas para aquelas pesquisas. A discussão a respeito do aborto é um bom exemplo da primeira afirmação: saindo da área médica, onde até então se concentrara a produção sobre o assunto, e a partir de discussões políticas, o tema passa a ser investigado de outras perspectivas (Barroso e Carneiro da Cunha / Frente de Mulheres Feministas, 1980; Di Giovanni, 1983).

A discussão a respeito das chamadas mulheres chefes de família exemplifica a segunda: apesar de ter chamado a atenção de alguns viajantes e historiadores, esta só se torna uma questão relevante quando recolocada dentro de um contexto em que se passa a valorizar atuações que escapam aos modelos previamente definidos de comportamento feminino dentro da família (Woortmann, 1975; Barroso, 1978; Figueiredo, 1980; Kuznesof, 1980).

A proposta de feministas e pesquisadores interessadas no questionamento e no levantamento da situação da mulher, sumarizada na expressão "tornar visível o invisível", fortaleceu-se também com as novas abordagens, principalmente da pesquisa histórica, no estudo das categorias subordinadas das sociedades ocidentais, particularmente dos integrantes das classes trabalhadoras, mas também daqueles que pela própria definição de uma sociedade capitalista eram considerados parte de categorias residuais ou improdutivas ou irrelevantes em sua implantação: negros, favelados, homossexuais, crianças, velhos, etc. Surgindo num momento em que a homogeneidade das chamadas classes subalternas era também questionada pela historiografia, o movimento feminista recolocou em discussão, de um outro ângulo, aspectos da vivência feminina tradicionalmente estudados de forma estática, acabada ou externa, como a prostituição, a violência familiar, o trabalho doméstico, etc., repondo na "cena textual" tanto a dinâmica desses processos quanto a visão das pessoas neles envolvidas (Mazzariol, 1978; Baccalar, 1982; Corrêa, 1983a; Saffioti, 1978; Almeida, 1982; Ary Farias, 1983). A convergência dessas questões teóricas e políticas no contexto dos movimentos sociais da década de 70, embora tenha ocorrido também em outros países, foi particularmente importante no caso brasileiro, onde o feminismo efetuou uma crítica interna à esquerda – tanto aos seus postulados ortodoxos quanto ao nível das relações concretas entre militantes de grupos políticos – o que teve conseqüências também em outros movimentos sociais (Souza Lobo e Paoli, 1982). As experiências políticas vividas na década de 60 por boa parte das mulheres que se engajaram nesse movimento de uma maneira ou de outra, possibilitaram assim não só a constituição de uma "memória viva" do feminismo e de suas relações com as organizações político/partidárias, como também uma aguda visão crítica de esquemas hierárquicos e formulações teóricas macroestruturais.

Esta é uma história que está contada com mais detalhes em outros textos e meu objetivo

aqui não é recontá-la; apenas a relembro porque é impossível entender a produção dita acadêmica a respeito dos temas mulher e família nos últimos anos, que me cabe resenhar aqui, sem tê-la como ponto de referência. Se ainda é muito cedo, se estamos ainda muito próximos dessa história para poder mapear sem distorções as relações entre escolhas teóricas/atuações políticas, retrazando redes sociais femininas – mapa que, de resto, existe em versões fragmentadas na cabeça de cada uma de nós – este parece um bom momento para iniciarmos uma revisão crítica daquela produção, observando as contribuições disponíveis e as questões renitentes à nossa compreensão nestes dois temas e as suas relações.

Por várias razões este parece ser um bom momento: do ponto de vista das próprias integrantes do movimento feminista estamos num período de "refluxo", depois de uma explosão de iniciativas criadoras e de adesões numerosas, e a palavra mais ouvida nos vários redutos feministas do país (e não só aí) é "crise". Além disso, a própria ampliação do movimento, que o legitimou em áreas institucionalizadas da nossa sociedade – a universidade, os meios de comunicação de massas, os partidos políticos – e o reproduziu em quase todos os centros urbanos do país, parece ter ao mesmo tempo retirado dele seu caráter subversivo inicial e levado a uma fragmentação que torna difícil falar hoje em feminismo no singular. Conseqüências talvez teoricamente previsíveis na trajetória de qualquer movimento social, elas não são por isso menos dolorosas para quem as vive.²

Outra conseqüência, esta mais delicada de tratar, da ampliação da problemática feminina como uma questão relevante no âmbito acadêmico, de sua constituição como uma área de pesquisa respeitada e respeitável, é a transformação do próprio movimento, ou movimentos, em objetos de pesquisas. Se, por um lado, isso obriga a uma auto-reflexão constante por parte de quem está engajado em alguma luta particular, ao contrastá-la, tanto com os movimentos feministas em outros países quanto com as contribuições, cada vez em maior número, de pesquisas empíricas, leva também, por outro, a uma inevitável sensação de mal-estar, de tensão, entre pesquisadoras e militantes. Estas duas categorias, quase reificadas no universo semântico da fala cotidiana, embora não tenham alcançado ainda um estatuto teórico, não podem ser deixadas de lado numa discussão como a que pretendo fazer aqui.

Se por volta de 1975 boa parte das feministas integrantes dos primeiros grupos a se forma-

rem eram, elas mesmas, pesquisadoras, o que permitia uma análise muito rica e informada da condição feminina na sociedade brasileira e de sua diversidade, a multiplicação de instâncias possíveis de discussão da problemática feminina em muitos casos separou umas das outras. Não é preciso, atualmente, ser feminista para produzir, por exemplo, uma tese de mestrado ou doutorado a respeito dessa questão, como não é preciso ter uma informação consistente e sistemática a respeito dela para se ingressar em algum grupo de atuação feminista. O que não implicou no cancelamento de um trânsito constante nos dois sentidos, isto é, tanto as feministas continuam a defender teses na universidade, como professoras e estudantes continuam a militar nos movimentos feministas embora, de um ponto de vista puramente impressionista, o tráfego pareça se acumular mais no primeiro pólo desta relação do que no segundo.

Esta reflexão, ao mesmo tempo que me parece importante para contextualizar a produção de pesquisas sobre os temas mulher e família a partir da universidade, aponta para a necessidade, urgente, mas que não pode ser realizada aqui, de um levantamento equivalente da contribuição do feminismo militante para a compreensão da questão da situação da mulher. Ou seja, que tipo de problematização está sendo feita das suposições, teóricas ou políticas, que têm informado o trabalho de pesquisa, a partir do trabalho sistemático que as feministas vêm realizando na sociedade brasileira, seja em movimentos sociais e partidos políticos, seja através de instituições como o S.O.S.? Pelo menos dois exemplos, já incorporados à reflexão acadêmica, me ocorrem para ilustrar o tipo de contribuição no qual estou pensando e que certamente poderia levar a aprofundar algumas discussões que se dão no âmbito da universidade e de outras instituições de pesquisa. O primeiro deles diz respeito à sexualidade da mulher trabalhadora. Assim como o machismo, ou sexismo, e o racismo de algumas lideranças sindicais parece ter sido um choque teórico para alguns pesquisadores mais desligados das discussões feministas e sobre a política racial da última década, também as preocupações com a sexualidade por parte de mulheres trabalhadoras causou espanto ao ser articulada por elas mesmas, assim que se criaram oportunidades, através de grupos de reflexão, para a sua expressão.³ Outro exemplo que me ocorre é o da “descoberta”, feita por jovens estudantes, feministas e pesquisadoras, da atividade política exercida por mulheres donas-de-casa em bairros da periferia urbana na sua prática cotidiana de reivindicações apoiada

no conhecimento e na utilização tanto de momentos políticos favoráveis quanto dos meandros burocráticos dos serviços públicos e aos quais, por diversas razões, os homens não tinham, ou tinham pouco, acesso (Almeida, 1979; Corrêa, 1981).

Uma reflexão a respeito desse tipo de atuação feminina permite questionar tanto noções do senso comum acadêmico sobre a não participação política das mulheres – e a própria definição do que seja política (Martinez Alier e Boito Junior, 1975) – quanto as não menos difundidas convicções sobre o isolamento das mulheres donas-de-casa e mães de família, ambas desenvolvidas a partir da análise da experiência de mulheres de classe média. Esses exemplos poderiam certamente se multiplicar e estender para além das áreas de conhecimento de cada uma de nós, pondo em questão uma série de supostos dos quais partimos ao realizar pesquisas, se o intercâmbio entre militantes e pesquisadores pudesse ser maior. É pensando nessa relação e no contexto criado pelo movimento feminista para os trabalhos de reflexão produzidos na universidade que alinho, então, os pontos que se seguem.

Mulher e Família: Confluências

Quando o trabalho de pesquisa e reflexão de H. Saffioti *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade* foi lançado em livro, em 1969, o material disponível para se analisar a situação da mulher brasileira era extremamente restrito e disperso em muitos campos do conhecimento: seu trabalho efetuou não só uma primeira organização desse material como o trouxe para a área das Ciências Sociais, na qual ele foi incluído e a partir de cujos parâmetros passou a ser discutido. Reeditada e retomada em meados da década de 70, sua reflexão continua a ser um ponto de referência obrigatório para as discussões que se seguiram, tanto porque coloca em questão uma série de problemas que permanecem importantes nesse campo, como porque estabelece as ligações mencionadas antes, entre preocupações políticas e analíticas, entre trabalhos de reflexão individual e possibilidade de atuações coletivas, oferecendo um quadro teórico mais amplo onde discutir essas questões.

A partir de 1970, no entanto, a mesma fragmentação que se pode notar na área de atuação feminista hoje, decorrente em parte da ampliação do movimento, pode ser também observado em relação às pesquisas a respeito da situação da mulher.

A multiplicação dessas pesquisas acompanhou de perto a curva dos interesses políticos da sociedade brasileira como um todo e da trajetória teórica das Ciências Sociais em particular: a cidadania, a violência, o trabalho, a sexualidade, têm sido desde então postos em discussão de forma acentuada. A mulher passou a ser discutida de uma diversidade de perspectivas teóricas e dentro de um leque de situações particulares tais que um trabalho abrangente como o de H. Saffioti seria impensável hoje. De certa forma, temos sorte de que ele tenha sido feito antes de que isso acontecesse.

Mulher Brasileira: Bibliografia Anotada, competente e cuidadosa obra coletiva de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas de São Paulo, já tem dois volumes publicados (1979 e 1981), sem ter esgotado o seu levantamento. Mesmo as coletâneas que pretendem dar uma visão mais global da situação da mulher no Brasil hoje (como *Mulher, Sociedade e Estado no Brasil*), subdividem o tratamento da questão por áreas, como Educação e Saúde, e são quase necessariamente obras de referência mais do que de análise. Várias publicações periódicas, de caráter mais geral, dedicaram números especiais ao tema (como o *Caderno de Debates* e o *Almanaque*, da editora Brasiliense, *Encontros com a Civilização Brasileira*, *Cadernos* da PUC-RJ, entre outras) e o concurso nacional promovido pela Fundação Carlos Chagas, com o apoio da Fundação Ford, para estimular as pesquisas nesta área, já foi realizado por três vezes (1978, 1980 e 1982) e seus resultados parciais estão publicados em livro (Bruschini e Rosemberg, 1980 e 1982; Barroso e Costa, 1983).

Este levantamento poderia continuar por algumas páginas sem que fosse possível dar conta, nos limites deste ensaio, de todos os trabalhos de pesquisa publicados ou em andamento, particularmente nas áreas geográfica e politicamente mais distantes dos centros do país. A própria multiplicidade de pesquisas e pesquisadoras tem levado, nos últimos anos, tanto à iniciativas de publicação de bibliografias de referência sobre o tema, como as mencionadas, quanto à criação de centros onde esse material esteja reunido de forma atualizada e disponível. A biblioteca da Fundação Carlos Chagas, o Centro de Informação Mulher (CIM), em São Paulo; o Núcleo de Estudos sobre a Mulher (NEM) e a Associação de Pesquisadoras sobre a Mulher (APEM), no Rio de Janeiro, são alguns exemplos dessas iniciativas. A criação de dois grupos de trabalho no interior da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), coordenados por Fanny Tabak

(PUC-RJ) e Neuma Aguiar (IUPERJ) também mostram o crescimento do interesse pela questão na área das ciências sociais.⁴

A mesma diversidade e multiplicidade de enfoques podem ser também verificadas no que se refere ao campo de estudos sobre família no Brasil e, embora sua história seja um pouco mais antiga do que a do campo de estudos sobre a mulher, várias das observações feitas a seu respeito poderiam ser agora repetidas. A pesquisa histórica também aqui tem tido uma contribuição importante, no sentido de ir esclarecendo certos pontos que catalizam os debates; questões políticas mais amplas da sociedade brasileira têm colocado problemas também para seus pesquisadores e a própria ampliação do interesse pela análise da situação da mulher tem sido responsável pela relevância que as pesquisas sobre família vêm recebendo nas instituições de pesquisa e ensino.

Se os estudos sobre família têm uma história bem estabelecida nas Ciências Sociais, particularmente na Antropologia e na Sociologia, o material disponível a partir de pesquisas, além de apresentar uma grande diversificação em termos de análises, de certa forma afinadas às transformações teóricas e/ou metodológicas naquelas duas disciplinas, mostra também uma diversidade interessante de seu próprio objeto. Famílias operárias, camponesas, famílias das classes dominantes, famílias de migrantes ou de imigrantes, famílias de escravos, famílias da cidade ou do sertão têm sido estudadas ao longo da constituição desse campo interdisciplinar de pesquisa. Mas, apesar de algumas tentativas mais antigas de estabelecer modelos macroestruturais onde inscrever as diversas formas de organização familiar da sociedade brasileira, este campo se descreve melhor, até meados da década de 70, pelas suas descontinuidades do que pela exploração sistemática, seja de uma questão definida, seja da análise de uma área econômico-social demarcada ou pelo próprio debate interno da produção existente. Esta observação já foi feita pelos autores da excelente "Bibliografia Crítica sobre a Família no Brasil" (em Medina, 1974) que, junto com o trabalho de Alcântara (1966) e o de Fukui (1970), se constitui entre as primeiras tentativas de estabelecer um levantamento sistemático deste campo de pesquisa.

O ponto forte deste campo tem sido então, ao mesmo tempo, a sua fraqueza: isto é, se as análises são freqüentemente fragmentadas, apresentando versões localizadas e parciais das relações familiares no âmbito do território social brasileiro, são também muito ricas em suges-

tões, em indicações, apontando pistas que ainda esperam por pesquisadores animados a percorrê-las em toda a sua extensão. Isto começa a ser feito, de fato, a partir do momento em que a pesquisa em Ciências Sociais passa a receber maior incentivo das agências financiadoras, o que está também vinculado à sua expansão institucional. A discussão tem se tornado mais estimulante também com a criação de alguns núcleos aglutinadores tanto de pesquisadores quanto do material existente, analogamente ao que está ocorrendo no campo de estudos sobre a situação da mulher.

O Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU), da Universidade de São Paulo tem sido nos últimos anos a instituição que melhor cumpriu este papel, e sua publicação, os *Cadernos do CERU*, registra boa parte da produção de pesquisas a respeito das relações familiares na sociedade brasileira. É uma pesquisadora do Centro, Lia Fukui, quem coordena o grupo de estudos sobre família e sociedade na ANPOCS, criado em 1980, responsável também, com Christina Bruschini, da Fundação Carlos Chagas, por uma edição especial dos *Cadernos de Pesquisa* da Fundação sobre a família no Brasil. A constituição de um grupo de estudos sobre mulher e família, de caráter interdisciplinar e interinstitucional, no interior do Arquivo Edgar Leuenroth, assim como a perspectiva de criação de uma área dedicada à família, no âmbito do Programa de Doutorado em Ciências Sociais, ambos na Universidade Estadual de Campinas, indicam tanto o crescente interesse que o tema vem recebendo, quanto a sua estreita vinculação com o tema mulher.

Seria necessário aqui abrir um parêntese a respeito das autoras das pesquisas que estão sendo citadas ao longo deste texto, já que a grande maioria delas pertence ao gênero feminino, o que por si só já constituiria um tópico interessante num levantamento de área, evidenciando, pela sua própria presença, algumas afirmações feitas antes. Esta é, no entanto, uma área tão delicada de tratar como a das relações entre militantes e pesquisadoras: se é difícil falar de umas, parece impossível falar de outras, a menos que se tratasse de uma tese para uma universidade estrangeira ou de depoimentos para não serem traduzidos para os ouvidos nativos, como *Brasileiras* (Lapouge e Pisa, 1977), por exemplo. A questão se tornaria ainda mais delicada se, além de pensarmos na identidade de gênero das autoras, pensássemos também em sua pertinência de classe. Uma generalização preliminar, no entanto, é possível: são mulheres de uma mesma geração, nascidas por volta dos

anos 30, e suas alunas/orientandas na universidade as que têm sido responsáveis não só pela transmissão de uma história oral importante de ser registrada (esperemos que alguém a esteja registrando), em termos de explicar alianças – teóricas, políticas, familiares, regionais e outras – como também pelo impulso, estímulo, na investigação de temas que, em parte, permaneceram na sombra até agora porque não se podia falar de determinadas questões.

Aspecto aparentemente menor da definição da pesquisa acadêmica, num país como o nosso onde a atividade intelectual sempre esteve restrita a grupos de elite, este é um aspecto relevante dela, particularmente ao falarmos de mulher e família: como colocar as tias na berlinda, como questionar, ainda que em termos teóricos, as relações familiares dos avós? Relações pessoais e outras atravessam assim fronteiras que poderiam parecer bem demarcadas de um ponto de vista estritamente profissional ou institucional: a circulação de mulheres não se dá, afinal, como quer Lévi-Strauss, apenas através de parceiros masculinos. Esta circulação – de projetos de pesquisa, de inquietações teóricas mescladas com histórias de vida, de projetos políticos mais gerais, de atuação profissional – basicamente realizada entre mulheres, é que tem alimentado as pesquisas sobre mulher e família no Brasil. E se estas pesquisas não são realizadas apenas por mulheres elas foram, particularmente nos últimos anos, uma incontestável maioria em ambas as áreas de reflexão, o que pode ser sugestivo tanto do estado da questão mulher e família em nosso país, quanto relevante para a compreensão de possíveis vieses teórico-políticos das análises produzidas sobre ela.

A ausência da figura masculina, onipresente anteriormente, quando a grande maioria dos pesquisadores em Ciências Sociais eram homens, pode criar a possibilidade de refazermos, afinal, apenas o espelho da trajetória percorrida nessas áreas de pesquisa. Risco semelhante ao que se corre ao constituir como objetos privilegiados de pesquisa as “outras mulheres”, deixando de lado uma reflexão a respeito das mulheres da classe média e das chamadas classes dominantes. Duas questões, colocadas no âmbito do debate mais geral a respeito da situação da mulher na família e na sociedade, resumem bem aquelas duas possibilidades. “Que fim levaram os pais?” é a pergunta da antropóloga E. Burke-Leacock (1982), analisando a proposta teórica de Lévi-Strauss para explicar as transformações sofridas pelas formas de organização familiar nas sociedades ditas primitivas; M. A. Macciocchi (1976) pergunta as razões da impor-

tância atribuída à mulher e à família pelos regimes autoritários: questões ambas que embora tenham sido atacadas apenas indiretamente pelas pesquisadoras brasileiras, parecem importantes para a análise das relações entre mulher e família na nossa sociedade.

No próximo tópico deste ensaio pretendo refletir a respeito de algumas suposições mais gerais que parecem ter informado até agora a produção de pesquisas sobre esses dois temas, explicitando algumas das ordens de razões que parecem ordenar ou definir as linhas dessa produção e que formam como que o contexto no qual se inscrevem os textos discutidos. Sem descer demasiado às particularidades das pesquisas citadas, parece possível apontar três questões mais gerais através das quais se poderia iniciar esta reflexão e sugerir algumas das articulações que podem ser estabelecidas a partir das análises produzidas na literatura nos últimos anos.

O Colibrí e a Espada

A crítica de Rosa de Luxemburgo a Clara Zetkin, feita numa carta escrita da prisão para sua amiga Sonia Liebknecht, expressa bem uma dificuldade, prática e teórica, enfrentada ainda hoje: como analisar a condição feminina sem cair nas armadilhas do biológico, do político ou do útil. A uma imagem de mulher passiva, que durante muito tempo abarcou inteiramente os contornos da figura feminina, a grande tentação parece ser a de opor imagens igualmente homogêneas da mulher revolucionária ou trabalhadora. É difícil denunciar a opressão da mulher e ao mesmo tempo problematizar a noção corrente de "sexo frágil": ao mostrarmos os mecanismos de "construção" desta noção, parecemos mostrar também a inevitabilidade da subordinação e a quase cumplicidade de um ser assim construído com aquela opressão – sem falar nas possíveis leituras, cínicas ou não, das vantagens que esta definição propicia. Pois se pensarmos nas regras, explícitas ou implícitas, do comportamento feminino modelar, veiculadas ao nível institucional na sociedade brasileira (sistema escolar, cultural, jurídico, etc.), a produção da mulher doméstica, dócil, submissa, parece uma consequência quase inevitável – unicamente as exceções, demonstradas em pesquisas, a esse produto acabado, são muitas para serem descartadas, o que tampouco anula a realidade da opressão específica.

A questão se complica mais, ainda, no terreno cultural, onde a absorção de novas idéias é

muito rápida, e um pouco rasa, levando a projetar como desejáveis imagens de mulheres que não se submetem, que não são dóceis e que vivem fora do âmbito doméstico: ver as novelas de televisão pós-movimentos feministas, por exemplo. Mas na "vida real" as mudanças são menos rápidas. Pesquisas recentes têm mostrado que, ainda que tenham consciência de sua situação de subordinação – isto é, que tenham adquirido a percepção da existência de outras possibilidades da definição do feminino em nossa sociedade – muitas mulheres percebem também claramente que a melhor estratégia de sobrevivência, apoiada tanto em termos estruturais como ideológicos, no momento histórico em que foram apanhadas é o da vivência em família.⁵

O que é entendido por "família" pelos que vivem em nossa sociedade e pelos que se dedicam a analisá-la é uma questão em si mesma e é aí que as dificuldades acima mencionadas começam a se tornar relevantes nesta discussão. Começando pelo aspecto biológico: negá-lo como fundamento daquela subordinação feminina estrutural não implica em deixar de reconhecê-lo como parte relevante do problema. Algumas pesquisas recentes têm incorporado a preocupação com as consequências sociais dos ciclos de vida biológica (infância, vida adulta, velhice) para os seres humanos, assim como as limitações impostas às ações humanas pela nossa fisiologia, sem no entanto atribuir a umas e outras um valor explicativo. A maternidade é um fenômeno socialmente importante – importante demais para ser deixado nas mãos das mulheres, parecem sugerir alguns tecnocratas do controle da natalidade ou gerentes da socialização infantil. Frequentemente discutidos e presentes como problemas no cotidiano de boa parte das mulheres brasileiras, estes dois ângulos da questão mais ampla da "maternidade" – quem é como (se) decide sobre ter ou não ter filhos e o que se faz com eles uma vez concebidos ou nascidos – têm sido, no entanto, escassamente analisados na produção de pesquisas sobre mulher e família no âmbito da nossa sociedade. Politicamente, ambos têm sido incluídos como temas de luta (as creches, o aborto, o direito ao prazer independente da procriação) ou como subsidiários da "questão maior" do trabalho: o trabalho infantil, por exemplo, ou as leis de proteção à trabalhadora grávida e suas consequências.

A discussão sobre o aborto, por exemplo, tem sido embaçada por palavras de ordem (como "o direito ao próprio corpo" versus "o

direito à vida”) mais do que esclarecida por uma reflexão que leva em conta o que têm a dizer as mulheres que passaram por esta experiência. Uma pesquisa recente mostra que a vida biológica de um filho concebido e não desejado é sempre menos importante do que o projeto de vida ou familiar dos envolvidos na relação que o produziu, particularmente nos projetos da futura mãe (Di Giovanni, *op. cit.*).

A ênfase na figura da mulher como mãe tem não só deixado de lado a figura do pai nas discussões sobre a definição de família, como também esmaecido a importância da contribuição das crianças para a economia doméstica (Zaluar, 1982). Analisar esta contribuição implicaria também em refletir a respeito das consequências que o trabalho infantil tem para as relações de autoridade no interior da família. As crianças que trabalham, sofrendo uma dupla exploração (porque ganham salários menores do que os adultos, muitas vezes realizando o mesmo trabalho e porque prejudicam suas possibilidades futuras como trabalhadores ao abandonar os estudos), parecem, apesar disso, se sentir muito felizes por ter sua “liberdade”, traduzida em autonomia e um pouco de dinheiro para suas pequenas necessidades (Gouveia, 1982). O fato de que as pesquisas sobre o trabalho das crianças focalizam os “trabalhadores mirins” (Antuniassi, 1983) ou os “meninos da rua” (Ferreira, 1980), parece também indicar que a saída dos meninos de casa está vinculada a uma permanência das meninas no âmbito doméstico (Machado Neto, 1980). Outro aspecto das relações familiares onde o cruzamento dos laços de sangue com os laços sociais — e a importância atribuída a uns e outros conforme a pertinência de classe dos membros da família — pode ser percebido de forma interessante é na questão da adoção, também só recentemente um tema de interesse nesta área (Cardoso, 1981). E a partir da publicação de pesquisas, principalmente feitas por médicos, desenvolveu-se também uma preocupação pela violência sofrida por crianças no ambiente familiar, não só em relação à agressão física que extrapola o também tomado como natural no senso comum (e legalmente garantido) direito de punição que os pais tem sobre os filhos, como em relação às investidas sexuais sofridas domesticamente pelas meninas (Oliveira e Prado, *op. cit.*).

Os estudos sobre a “velhice” também parecem mais voltados para a observação das consequências da institucionalização das pessoas a partir de uma certa idade, isto é, com as transformações na vida familiar, particularmente nos

meios urbanos, que levam a delegar o cuidado dos mais velhos a agências estatais ou particulares, ou com a participação de mulheres “velhas” na vida social, do que com os processos propriamente biológicos desse estágio da vida humana (Moraes, 1977; Lins de Barros, 1981). Aparentemente, a velhice é um momento do ciclo da vida humana, familiar e social mais facilmente enfrentado pelas mulheres na nossa sociedade (Debert e Costa, 1982), já que elas parecem ter assegurado a continuação de sua utilidade doméstica mesmo quando perdem seu papel de trabalhadoras “produtivas” — ao contrário do que ocorre com os homens. Infelizmente, nenhum tratamento sistemático e comparativo, utilizando os dados esparsos nas diversas pesquisas existentes sobre a família, foi dado ainda à questão da infância e à da velhice.

Em resumo, se por um lado as diferenças biológicas têm sido tradicionalmente utilizadas como argumento para demonstrar a razão da subordinação histórica das mulheres (“o fardo da maternidade”) visão cujos supostos já foram suficientemente discutidos teoricamente (por exemplo, Stolcke, 1980), por outro, e talvez ironicamente, essas mesmas diferenças têm oferecido pistas para esclarecer questões importantes para a compreensão de alguns aspectos da vida familiar. Os índices de fertilidade feminina, por exemplo, ou a idade da menarca (primeira menstruação), juntamente com os dados a respeito da idade média dos cônjuges ao casar, indicações de relações sexuais pré-conjugais e os índices de natalidade e mortalidade, têm auxiliado a investigação da história social da família.⁶ Uma série de questões ainda controversas no campo da história da família no Brasil, e que têm sido utilizadas em outros países para apontar alterações teóricas importantes nos modelos tradicionais do desenvolvimento histórico de uma sociedade (MacFarlane, *op. cit.*), poderiam ganhar em clareza com uma exploração mais sistemática dos estudos de parentesco e família de uma perspectiva histórica. A extensão do grupo familiar, o sistema de nomeação utilizado na sociedade, o grau de endogamia, consanguínea ou grupal, a concentração, ou dispersão, do patrimônio familiar, através das gerações, o lugar atribuído à crianças e velhos e a importância dada ao casamento ou à ilegitimidade são algumas daquelas questões. As respostas teóricas que temos encontrado para essas questões, quase sempre tenuamente apoiadas em fragmentos de informações provenientes de regiões economicamente muito díspares, têm impedido uma comparação proveitosa das formas de orga-

nização da família brasileira com os resultados de pesquisas obtidos em outras sociedades.⁷

Uma análise do tipo da efetuada por Tilly e Scott (1978), por exemplo, se apóia fundamentalmente na existência de uma ética do trabalho e num forte sentimento de família, cuja vigência entre as classes trabalhadoras européias elas demonstram como muito antiga, desmentindo a idéia de que foi com a industrialização que as mulheres ingressaram no mundo do trabalho ou de que esta entrada tenha causado a disrupção da família. Menos preocupadas com as rupturas do que com as continuidades, ambas mostram em detalhe o lento processo de transformação das relações familiares. Num país como o nosso, onde por um período tão longo de sua história predominou a ética do trabalho escravo e onde até hoje as uniões consensuais são em número tão elevado, como se teria criado, fora dos círculos de elite, o "sentimento de família" e a noção de subordinação da mulher à autoridade paterna ou marital? Ou como se deu a transmissão dos "modelos ideais" de família dominantes numa sociedade onde é tão difuso o alcance de boa parte da população pelos agentes de duas grandes instituições socializadoras, a fábrica e a escola?

Colocar a questão da história das formas de organização familiar é, portanto, colocar também uma série de outras questões que enquanto não forem respondidas só nos deixam como opção continuar a aceitar as visões "clássicas" sobre o tema, por incongruentes que sejam com dados recentes postos à nossa disposição por historiadores, ou desenfatar cada vez mais a perspectiva histórica desta problemática, o que teria como conseqüência a ampliação da tendência perceptível da pulverização de esforços de pesquisa em tópicos particulares e desvinculados entre si. Aprofundar essas questões nos permitirá tanto estabelecer as semelhanças e diferenças entre as regiões brasileiras quanto entre o Brasil e outros países da América Latina.

Além da armadilha biológica, uma segunda dificuldade teórica e prática enfrentada pelas pesquisas nesta área é então a da questão política. A orientação política, no sentido amplo ou, mais estritamente, as vinculações político-partidárias, podem levar os pesquisadores a se assemelharem à figura do arcanjo evocada por Rosa de Luxemburgo, guardando tanto as portas do Estado do futuro como as da ciência contemporânea contra a presença das 'ternas Irenes'. Estas, de fato, a não ser pelas vozes da poesia, da prosa literária e do cinema, muitas delas femini-

nas, dos últimos anos, tem sido consistentemente expulsas da reflexão a respeito da situação da mulher na família e na sociedade brasileira. Esta perspectiva que privilegia a análise dos setores 'produtivos' da sociedade, não deixa de ter conseqüências importantes para a invisibilidade histórica das mulheres, tornando certas categorias sociais ainda mais invisíveis.⁸

Passamos quase sem transição de análises mais ou menos generalizantes a respeito da "ociosidade" das mulheres das classes dominantes, paralela ao trabalho escravo ou prostituído das mulheres de outras camadas sociais, aqui e ali salpicadas de exemplos de mulheres que fugiram à regra e, por isso mesmo, a confirmam, para as análises da "mulher trabalhadora". É como se durante todo o período colonial as mulheres fossem ou senhoras ou escravas e se, durante a época contemporânea, estivessem todas no mercado de trabalho; o resto são categorias "residuais": ou já desapareceram ou estão destinadas a desaparecer.⁹

Deixamos de lado assim durante muito tempo toda uma rica gama de possibilidades de pesquisas, necessárias à reflexão teórica, que poderiam ter nos informado como se dão, ao nível das condições concretas da vida cotidiana, as grandes transformações que podemos acompanhar nas curvas dos gráficos censitários. Em termos históricos mais gerais, já parece claro que a mulher não passou sem transições, sofrimentos e acomodações, do mundo do lar para o mundo do trabalho, do mundo das relações familiares para o das relações contratuais, nem trocou, de um salto, os valores e convicções do mundo rural pelos da vida urbana (Tilly e Scott, *op. cit.*).

Mas são exatamente as formas pelas quais essas transições foram e estão sendo vividas, e as continuidades tanto como as rupturas envolvidas neste processo, na sociedade brasileira, as questões de que ainda não tratamos de forma sistemática. As informações acumuladas em pesquisas parciais a respeito da situação das mulheres na família rural e as transformações acarretadas seja pela sua transferência para as cidades, seja pela "capitalização" crescente do campo (Durham, 1973; Martinez Alier, 1975; Moura, 1978; Fukui, 1979; Alvim, 1979; Brandão, 1982; Taube, 1983); as pesquisas sobre operárias (Blay, 1978; Rodrigues, 1978; Pena, 1981; Gitahy e outras, 1982); sobre mulheres trabalhando a domicílio (Abreu, 1979; Teixeira e outras, 1983) ou sobre o trabalho doméstico (Saffioti, 1978; Almeida, *op. cit.*; Ary Farias, *op. cit.*) já nos permitem perceber que ao lado

de padrões reiterados em várias dessas pesquisas começam a surgir também discrepâncias que terão que ser explicitadas teórica e politicamente. As assim chamadas “velhas questões” – o trabalho fora de casa libera ou subordina a mulher, o trabalho doméstico é uma área de autonomia ou de dominação, a entrada da mulher na força de trabalho contribui para o fortalecimento ou a desagregação da família, a posição da mulher tem melhorado ou se deteriorado ao longo da história (Tilly e Scott, *op. cit.*) – que têm norteado as linhas gerais do debate a nível internacional, estão também presentes no debate brasileiro, ainda que nem sempre de forma explícita. E as respostas tentativas que têm surgido obedecem tanto a orientações teóricas quanto políticas – o que obviamente não desqualifica esses trabalhos mas muitas vezes contribui para o encaminhamento de propostas de solução imediata aos problemas apresentados de preferência ao aprofundamento deles através de pesquisas. As feministas reconhecerão aqui uma alusão, em outro diapasão, à “dupla militância” – expressão usada para referir a pertinência, ao mesmo tempo, ao movimento de mulheres, que se quer autônomo, e a adesão a um partido político. Este dilema é certamente enfrentado por feministas ou pesquisadoras também em outros países, mas se aguça no caso do Brasil dado o contexto político dos últimos anos: aqui cabe apenas observar que cada uma das escolhas tem conseqüências distintas seja para a política acadêmica seja para a teoria política.

A relação deste aspecto com o seguinte, chamado aqui de a armadilha do útil, é evidente. A adoção, mais ou menos explícita, por quase todos os autores citados, de uma visão política que corresponde, em linhas gerais, à análise detalhada que Braverman (1974) faz do desenvolvimento do capitalismo, sua relação com a presença crescente da mulher no mercado de trabalho, e a conseqüente diluição da importância dos laços familiares, tem não só tornado o trabalho o aspecto privilegiado das pesquisas realizadas nos últimos anos a respeito da situação da mulher, seja na família, seja fora dela, na sociedade brasileira, como também lançado a sua sombra sobre todos os aspectos das relações familiares. De certa forma, parece passar-se com o trabalho produtivo o mesmo que com a sexualidade reprodutora (a armadilha biológica): um e outra definem o âmbito de inclusão ou exclusão de outras modalidades de relacionamento sexual ou atividades sociais, de algum modo determinando os trabalhos de pesquisa e a própria discussão destes temas.

A situação, no entanto, começa a se transformar nos anos mais recentes e, assim como as discussões a respeito das relações homossexuais já se fazem presentes no panorama das pesquisas em Ciências Sociais¹⁰, também outras áreas de relacionamento humano começam a ser observadas como importantes, tanto para o entendimento das relações de trabalho como de forma pela qual se organiza a nossa sociedade e particularmente para a compreensão da situação da mulher. Trabalhos de pesquisa histórica ou antropológica têm, assim, contribuído para apontar aspectos insuspeitados de participação da mulher fora do círculo familiar (Soeiro, *op. cit.*), ou para redefinir essa participação de uma outra ótica que não a da família conjugal (Woortman, *op. cit.*; Zaluar, *op. cit.*) e têm também apontado para o papel crucial que a mulher representa nas migrações em cadeia “a caminho da cidade”, migrações cujo papel nas transformações sociais dos últimos anos não pode ser ignorado. Estas contribuições, que de certa forma contestam tanto a visão tradicional da posição da mulher no grupo doméstico como a “eterna subordinada”, quanto a visão simplista de que todos os processos de relações sociais estão diretamente atrelados à lógica do capital, têm tornado mais atraente – porque mais complexo e conflitivo – o panorama dessas discussões.

A questão da “feminização” do terciário, por exemplo, notável tanto no Brasil como em outros países da América Latina (Wilson, 1982) onde este setor do mercado de trabalho tem crescido nos últimos anos, está começando a despertar o interesse de pesquisadoras antes predominantemente voltadas para as pesquisas com a trabalhadora industrial. Boa parte da mão-de-obra feminina neste setor é composta por empregadas domésticas, mas não só: as tabelas do Censo de 1980 apontam também para o crescimento do número de empregadas de escritório, que suplantou o de empregadas domésticas entre as ocupações femininas (Brisolla, 1982) e que começam também a ser objeto de pesquisa (Schvinger e outras, 1982). Pesquisas deste tipo certamente serão importantes para questionar, por um lado, a relação entre o trabalho assalariado e a liberação feminina e, por outro, para recolocar, de outra perspectiva, a pergunta a respeito da importância da família na reprodução dos papéis de gênero.

Como observa a autora de uma pesquisa recente a respeito das trabalhadoras domésticas de Fortaleza, a inclusão crescente da mulher em setores produtivos da economia mascara o fato

de que essa entrada se dá principalmente em áreas definidas como "femininas" o que antes contribuiria para a manutenção dos papéis de gênero tradicionais do que para a sua "emancipação" (Ary Farias, *op. cit.*). A mesma pesquisa mostra também que, embora tenha mudado a definição do que seja trabalho para elas, essas mulheres não saíram de uma situação em que não trabalhavam para entrar no mercado de trabalho – ainda que, ironicamente, os dados oficiais só passem a considerá-las parte da população economicamente ativa quando elas deixam a enxada e pegam no espanador. Se boa parte delas vive suficientemente perto de suas famílias de origem para manter as relações familiares, sua forma de inserção no mercado de trabalho quase que as proíbe de constituírem elas próprias uma família.¹¹ Enquanto não tivermos dados mais precisos a respeito da proporção de trabalhadoras domésticas que vive nas casas de seus patrões, da relação disso com as formas de família que elas constituem ou das variações regionais que o trabalho doméstico apresenta no Brasil, será difícil avançar na discussão teórica deste importante setor de ocupação da mulher no Brasil. O aprofundamento de pesquisas mais detalhadas a respeito do processo completo de migração da zona rural para a urbana e de suas conseqüências para a família e para a posição da mulher nela, enquanto filha, mãe, avó, também contribuirá de maneira importante à discussão do contexto dessas questões (Taube, *op. cit.*).

Uma observação ainda é pertinente aqui, em relação a essa "feminização" do terciário. Pouco se tem analisado a maneira como se definiu historicamente, na sociedade brasileira, o que seja "trabalho feminino". Isto é, como se constituiu, quase no mesmo momento em que se ampliavam as possibilidades de participação da mulher no mercado de trabalho, uma imagem de mulher que parecia ser o oposto do indivíduo que seria desejável neste mercado, imagem reforçada pela legislação trabalhista e sobre a família (Schwartzman, 1980). As mulheres de uma certa classe social parecem ter tido uma atuação importante na constituição dessa imagem, tanto reafirmando para as "outras" mulheres a definição principal de esposa e mãe, como assegurando a "feminização" de certas atividades profissionais.¹² Sua atuação não se dava

enquanto mulheres – veja-se, por exemplo, a importância das tarefas femininas cumpridas em contextos tão diferentes como os propiciados pela Igreja Católica, o Partido Comunista ou a Ação Integralista Brasileira – já que os objetivos pelos quais lutavam, antes as separavam do que as uniam.

Essa observação reforça a sugestão de que as definições biológicas, políticas ou econômicas de mulher com que temos trabalhado, além de nos armarem ciladas teóricas no caminho de nosso trabalho de reflexão, empobrecem o debate sobre a questão da situação da mulher na família e na sociedade, impedindo-nos de analisar aspectos importantes para a sua compreensão. Os exemplos de pesquisas lembrados aqui mostram que se cada vez se torna mais difícil falar da família brasileira no singular, tanto quanto da mulher brasileira, o que implica em que podemos começar a pensar em escapar às generalizações tão comuns até há pouco nessa (e não só nessa) área de pesquisa, torna-se também cada vez mais urgente o trabalho de efetuar comparações entre os resultados obtidos em certos temas específicos não só a nível nacional mas também entre o Brasil e outros países, particularmente da América Latina.

A relação entre a situação da mulher na sociedade e sua posição na família tem sido, tanto por razões teóricas quanto de estratégia política, ou tomada como implícita ou denunciada muito mais do que analisada levando-se em conta possibilidades não previstas nos esquemas com que em geral trabalhamos. Minha intenção neste ensaio foi, no entanto, menos estabelecer novos esquemas do que levantar algumas questões a serem repensadas teoricamente num momento em que as pesquisas tem apresentado uma gama de problemas tão ampla que é quase impossível a um pesquisador isolado tratar de todos ao mesmo tempo, ou com o mesmo cuidado. Neste sentido, parece importante o esforço de definir mais precisamente o que nós, pesquisadores, e o que as pessoas envolvidas nas relações que estudamos, entendem por mulher e por família, tanto quanto aprofundar a perspectiva histórica dessas definições e dessa relação, ao mesmo tempo que alargar a visão da constelação familiar para incluir nela categorias que tem sido tratadas em geral de maneira isolada.

Notas

1. A história das organizações de mulheres neste período ainda está por ser feita: elas variavam desde o Movimento Feminino pela Anistia até os Clubes de Mães da periferia das grandes cidades. Sobre a (re) emergência de grupos de mulheres e de feministas na década de 70, ver Blay (1982) e Moraes (1981); para o período anterior Saffioti (1969) e Alves (1980). A relação entre os grupos auto-definidos como feministas e os grupos de mulheres, e a própria distinção entre eles, nem sempre muito clara, se dava, muitas vezes, pela participação das mesmas pessoas fosse no movimento de luta por creches, fosse no jornal *Nós Mulheres*, por exemplo. Mas a sua articulação tampouco foi estudada sistematicamente. Heloísa Pontes (1982) trabalha no momento numa pesquisa que pode começar a mostrar a natureza dessa articulação.
2. No Brasil, um bom exemplo dessa legitimação foi a criação do suplemento *Mulher*, da *Folha de S. Paulo* e o afastamento de pelo menos um jornalista feminista, em boa parte responsável por reportagens que ajudaram a publicitar o movimento, para seu departamento de pesquisas. Ver também a crítica feroz de uma militante feminista – e secretária geral do Democratic Worker's Party nos Estados Unidos – ao processo de diluição do movimento norte-americano com a entrada em cena das “profissionais” e a conseqüente “respeitabilidade” adquirida pela questão em universidades e nas agências financiadoras de pesquisas (Dixon, 1980).
3. Estas preocupações começam a ser registradas por algumas pesquisadoras e feministas (Alves e outras, 1981; Moraes e Silva, 1981; Oliveira e Prado, 1981; Muraro, 1983; Suplicy, 1983), contestando assim a suposição – ainda largamente aceita em alguns setores políticos – de que a questão do prazer é um problema do interesse restrito das mulheres de classe média ou alta.
4. Mas ver a composição do conselho editorial do jornal *Mulherio*, publicado em São Paulo desde 1981, por exemplo: além de jornalistas e cientistas sociais de várias áreas, faziam parte dele educadoras, psicólogas, economistas. A coleção deste jornal oferece também um bom índice dos interesses de pesquisa desenvolvidos nestas áreas nos últimos três anos.
5. Ver, por exemplo, Bilac (1978), Rodrigues, J. (1978) e Rodrigues, A. (1978) para a explicitação dessa opção entre as mulheres assalariadas; para as mulheres de classe média, ver Oliveira e Silva (1982) e para uma discussão teórica Durham (1980; 1983). Os limites estruturais dessa opção podem ser melhor esclarecidos se compararmos a situação brasileira à norte-americana, por exemplo (Ackelsberg, 1982).
6. Estas questões têm sido melhor tratadas por historiadores e demógrafos. Ver, por exemplo, Laslett (1965), Laslett e Wall (1972), Shorter (1977), Rabb e Rotberg (1973), Macfarlane (1980), entre outros. Que a utilização desses dados é crucial para o entendimento da constituição cultural de certas categorias – como a de criança e de mãe – o exemplificam os trabalhos de Ariès (1978) e o de Badinter (1980). Além de lembrarmos os controles rituais da concepção, observados pelos antropólogos nas sociedades mais primitivas, é interessante registrar a observação de Socolow (1980) sobre os votos de castidade feitos por homens e mulheres de elite, numa sociedade católica, num determinado momento do ciclo familiar, como possibilidade do controle da natalidade. Para a possibilidade da mesma função, no caso exercida por uniões extra-conjugais, ver Corrêa (1983).
7. Levi (1977) e Lewin (1979), estudando famílias de São Paulo e da Paraíba, mostram as possibilidades contidas em material genealógico, por exemplo, e a sua relevância para a compreensão do estatuto da mulher na família e na sociedade. Para uma perspectiva antropológica desse uso, ver Feldman-Bianco (1982) e para uma análise histórica combinando genealogias com outras informações, Balmori e Oppenheimer (1979) e Socolow (*op. cit.*). Também utilizando fontes históricas, Graham (1976) e Slenes (1983) têm desmentido, por exemplo, a suposição da “desorganização” da família escrava no Brasil, como regra geral.
8. Ver os filmes de Ana Carolina e de T. Iamazaki, por exemplo, para algumas belas cenas de recuperação dessa invisibilidade. Num país onde a socialização através da igreja católica tem sido

tão importante historicamente é também de estranhar que não tenham sido estudados ainda os colégios católicos femininos ou os conventos. A pesquisa de S. Soeiro (1974) sobre as freiras na Bahia colonial mostra bem as possibilidades deste tipo de análise.

9. Esta não é uma visão tão ultrapassada quanto parece: uma recente coleção de "história popular" apresenta às mulheres da época colonial exatamente nestes termos chapados. Mas ver Nizza da Silva (1980), Novinsky (1980) ou Soares (1980) para as nuances históricas.

10. As pesquisas focalizam, no entanto, preferencialmente as relações não reprodutivas entre homens (Fry e MacRae, 1983; Perlongher, 1983). As interessantes questões levantadas pela discussão realizada em outros países a respeito, por exemplo, da maternidade das mulheres lésbicas, ainda não encontraram expressão entre nós a não ser nos grupos políticos interessados no assunto. A forte predominância da ótica reprodutiva a nível do simbólico poderia ser exemplificada pelo alarde causado pela adoção, e ùposta defloração, de uma menina por um jornalista publicamente reconhecido como homossexual – finalmente, mas sem alarde, absolvido depois de ter passado algum tempo na prisão sem culpa formada.

11. Embora a autora não desenvolva este ponto, mereceria atenção a questão da sexualidade e da maternidade das mulheres trabalhadoras domésticas: das 53 entrevistadas por ela, apenas onze tinham filhos (sendo solteiras, casadas, desquitadas ou viúvas). Este foi, aliás, um dos pontos levantados com mais insistência por representantes da Associação de Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro numa reunião em maio de 1983.

12. A história da atuação das mulheres das camadas média e alta na sociedade brasileira em certas áreas cruciais para essa definição ainda não está contada. Parte dela pode ser no entanto acompanhada na história da constituição do campo do Serviço Social no Brasil (Iamamoto e Carvalho, 1982).

Referências Bibliográficas

- Ackelsberg, Martha
1982. "La feminización de la pobreza". *Dones en lluita* (4), julio, Barcelona.
- Abreu, Alice Rangel de Paiva
1979. "O mundo da costura: algumas contribuições sobre trabalho assalariado e atividades independentes na indústria da confecção". Trabalho apresentado no II Encontro Anual da ANPOCS, Belo Horizonte (mimeo).
- Alcântara, Aspásia B. de
1966. "Estudos e pesquisas sobre família no Brasil". *Dados*, n. 1.
- Almeida, Mônica Maria de Souza
1979. "A mulher e a política nos bairros periféricos de Campinas". Relatório de pesquisa à Fundação Carlos Chagas (mimeo).
- Almeida, Suely Kofes de
1982. "Entre nós mulheres, elas as patroas e elas as empregadas". In Almeida e outros, *Colcha de Retalhos*, estudos sobre a família no Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense.
- Alves, Branca Moreira
1980. *Feminismo e ideologia: a luta da mulher pelo voto feminino no Brasil*. Petrópolis, Ed. Vozes.
- , Jacqueline Pitanguy, Leila L. Barsted, Mariska Ribeiro e Sandra Boschi
1981. *Espelho de Vênus*, identidade social e sexual da mulher. São Paulo, Ed. Brasiliense.

- Alvim, Maria Rosilene Barbosa
1979. "Notas sobre a família num grupo de operários têxteis". In José Sergio Leite Lopes e outros, *Mudança Social no Nordeste*, a reprodução da subordinação. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Antuniassi, Maria Helena Rocha
1983. *Trabalhador infantil e escolarização no meio rural*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Ariès, Phillippe
1978. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Ary Farias, Zaíra
1983. *Domesticidade: 'cativo' feminino?* Rio de Janeiro, Achiamé/CMB.
- Bacelar, Jeferson A.
1982. *A família da prostituta*. São Paulo, Editora Ática.
- Badinter, Elizabeth
1980. *L'amour en plus – histoire de l'amour maternel (XVII^e siècle)*. Paris, Flammarion.
- Balmori, Diana e Oppenheimer, Robert
1979. "Family clusters: generational nucleation in nineteenth-century Argentina and Chile". *Comparative Studies in Society and History*, 21: 2, april.
- Barroso, Carnen Lucia de Melo
1978. "Sozinhas ou mal acompanhadas: a situação da mulher chefe de família". Trabalho apresentado no Seminário sobre a mulher na força de trabalho na América Latina, Rio de Janeiro (mimeo).
- Barroso, Carmen Lucia de Melo e Carneiro da Cunha, Maria/Frente de Mulheres Feministas
1980. *O que é o aborto*. São Paulo, Cortez editora.
1982. *Mulher, Sociedade e Estado no Brasil*, Unicef/Ed. Brasiliense, São Paulo.
- Barroso, Carmen Lucia de Melo e Oliveira Costa, Albertina de (orgs.)
1983. *Mulher, Mulheres*. São Paulo, Cortez editora/Fundação Carlos Chagas.
- Bilac, Elizabeth Dória
1978. *Família de trabalhadores: estratégias de sobrevivência*. São Paulo, Edições Símbolo.
- Blay, Eva Alterman
1978. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo, Editora Ática.
1982. "Do espaço privado ao público: a conquista da cidadania pela mulher no Brasil". Trabalho apresentado no VI Encontro Anual da ANPOCS, Nova Friburgo (mimeo).
- Brandão, Carlos Rodrigues
1982. "Parentes e parceiros, relações de produção e relações de parentesco entre camponeses de Goiás". In Almeida e outros, *Colcha de Retalhos*, cit.
- Braverman, Harry
1977. *Trabalho e capital monopolista – a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Brisolla, Sandra
1982. "Formas de inserção da mulher no mercado de trabalho – o caso do Brasil". Tese de doutorado em Economia, Universidade Estadual de Campinas (mimeo).

- Bruschini, Christina e Rosemberg, Fulvia (orgs.)
 1980. *Vivência* – história, sexualidade e imagens femininas. São Paulo, Ed. Brasiliense/Fundação Carlos Chagas.
 1982. *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense/Fundação Carlos Chagas.
- Burke-Leacock, Eleanor
 1982. *Myths of male dominance* – collected articles on women cross-culturally. N. Y. e London, Monthly Review Press.
- Cardoso, Ruth Corrêa Leite
 1981. “É de pequenino que se torce o pepino’: consangüinidade e adoção em famílias faveladas”. México (mimeo).
- Corrêa, Mariza
 1981. “Imagens de mulher”. Relatório final de pesquisa apresentado à Fundação Ford (mimeo)
 1983a. *Morte em família*, representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro, Graal.
 1983b. “As armas e os barões assinalados – genealogia e história da família”. Trabalho apresentado no Fórum de debates sobre a problemática da família brasileira rural e urbana, Pelotas, RS (mimeo).
- Debert, Guita Green e Costa, Marcia
 1982. “Aging among middle-class Brazilian women”. *Resources for Feminist Research*, 11:2, July, Toronto.
- Di Giovanni, Rosângela
 1983. “Projetos de Vida, um estudo das representações femininas do aborto”. Tese de Mestrado em Antropologia Social, Unicamp (mimeo).
- Dixon, Marlene
 1980. *Women in class struggle*. San Francisco, Synthesis Publication.
- Durham, Eunice Ribeiro
 1973. *A caminho da cidade*. São Paulo, Ed. Perspectiva.
 1980. “A família operária: consciência e ideologia”. *Dados*, 23: 2.
 1983. “Família e reprodução humana”. *Perspectivas Antropológicas da Mulher* (3). Rio de Janeiro, Zahar.
- Feldman-Bianco, Bela
 1982. “Capitalismo e família: os pequeno-burgueses”. In Almeida e outros, *Colcha de Retalhos*, cit.
- Ferreira, Rosa Maria Fischer
 1980. *Meninos de rua*, valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo. São Paulo, Cedec.
- Figueiredo, Mariza
 1980. “O papel sócio-econômico das mulheres chefes de família numa comunidade pesqueira do litoral norte da Bahia”. *Cadernos de Debate* (6).
- Fry, Peter e Mac Rae, Edward
 1983. *O que é homossexualidade*. São Paulo, Ed. Brasiliense.
- Fukui, Lia Freitas Garcia
 1970. “Estudos de família no Brasil: bibliografia comentada”. *Cadernos do CERU* (3).
 1979. *Sertão e bairro rural*: parentesco e família entre sitiantes tradicionais. São Paulo, Ed. Ática.

1980. "Estudos e pesquisas sobre família no Brasil". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais* (10).

Fundação Carlos Chagas

1979. (vol. 1), 1982 (vol. 2). *Mulher Brasileira, Bibliografia Anotada*. São Paulo, Ed. Brasiliense.

Gitahy, Leda; Hirata, Helena; Lobo, Elizabeth e Moisés, Rosa L.

1982. "Operárias: sindicalização e reivindicações (1980)". *Revista de Cultura e Política* (8).

Gouveia, Aparecida Joly

1982. "O trabalho do menor: necessidade transfigurada em virtude". Trabalho apresentado no VII Encontro Anual da Anpocs, Nova Friburgo (mimeo).

Graham, Richard

1976. "Slave families on a rural state in colonial Brazil". *Journal of Social History*, 9: 3.

Iamamoto, Marilda e Carvalho, Raul de

1982. *Relações sociais e serviço social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo, Cortez/Celats.

Kuznesof, Elizabeth Anne

1980. "The role of the female headed household in Brazilian modernization: São Paulo, 1765-1836". *Journal of Social History*, 13: 4.

Lapouge, Maryvonne e Pisa, Clelia

1977. *Brasileiras, voix, écrits du Brésil, des femme*. Paris.

Laslett, Peter

1969. *The world we have lost – England before the industrial age*. N. Y., Charles Scribner's Sons.

Laslett, Peter e Wall, Richard

1972. *Household and family in past time: studies in the size and structure of the domestic group in England, France, Serbia, Japan and the United States over the past three hundred years*. Cambridge University Press.

Levi, Darrel E.

1977. *A família Prado*. São Paulo, Cultura 70.

Lewin, Linda

1979. "Some historical implications of kinship organization for family-based politics in the Brazilian Northeast". *Comparative Studies in Society and History*, 21: 2, april.

Luxemburgo, Rosa de

1977. *J'étais, je suis, je serai! Correspondance, 1914-1919*. Paris, François Maspero.

Lins de Barros, Mirim, Moraes

1981. "Testemunho de vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice". In *Perspectivas Antropológicas da Mulher* (2). Rio de Janeiro, Zahar.

Macciochi, Maria-Antonieta

1976. "Les femmes et la traversée du fascisme". In *Eléments pour une analyse du fascisme* 1, 10/18. Paris, U.G.E.

- Machado Neto, Zahidé
1980. "As meninas: sobre o trabalho da criança e do adolescente na família proletária". *Ciência e Cultura*, 32 (6).
- Macfarlane, Alan
1980. *Família, propriedade e transição social*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Martinez Alier, Verena
1975. "As mulheres do caminhão de turma". *Revista Debate e Crítica* (5).
- Martinez Alier, Verena e Boito Junior, Amando
1975. "1974 enxada e voto". In Bolivar Lamounier e Fernando Henrique Cardoso (eds.), *Os partidos políticos e as eleições no Brasil*. São Paulo e Rio de Janeiro, CEBRAP/Paz e Terra.
- Mazzariol, Regina
1978. "Mal necessário – o confinamento da prostituição em Campinas". Tese de mestrado em Antropologia, Universidade Estadual de Campinas (mimeo).
- Medina, Carlos Alberto de
1974. *Família e mudança – o familismo numa sociedade arcaica em transformação*. Petrópolis e Rio de Janeiro, Ed. Vozes/CERIS.
- Moraes, Maria Quartim de e Silva, Maria Mendes da
1981. *Vida de Mulher*. Rio de Janeiro, Ed. Marco Zero.
- Moraes, Maria Quartim de
1981. "Família e feminismo – Reflexos sobre papéis femininos na imprensa para mulheres". Tese de doutorado em Ciência Política, Universidade de São Paulo (mimeo).
- Moraes, Maria Luiza Gusmão de
1977. "A sala de espera: um estudo da ideologia do velho asilado". Tese de mestrado em Antropologia Social, Universidade de Brasília (mimeo).
- Moura, Margarida Maria de
1978. *Os herdeiros da terra – parentesco e herança numa área rural*. São Paulo, Ed. Hucitec.
- Muraro, Rose Marie
1983. *Sexualidade da Mulher brasileira – corpo e classe social no Brasil*. Petrópolis, Ed. Vozes.
- Nizza da Silva, Maria Beatriz
1980. "O divórcio na Capitania de São Paulo". In Bruschini e Rosemberg, *Vivência*, cit.
- Novinski, Ilana
1980. "Heresia, mulher e sexualidade (algumas notas sobre o nordeste brasileiro nos séculos XVI e XVII)". In Bruschini e Rosemberg, cit.
- Oliveira, Cícera Fernandes de e Prado, Danda
1981. *Cícera, um destino de mulher* (autobiografia duma migrante nordestina, operária têxtil). São Paulo, Ed. Brasiliense.
- Oliveira e Silva, Alice Inês de
1982. "A construção social das mulheres de prendas domésticas". Projeto de pesquisa apresentado à Fundação Chagas, São Paulo (mimeo).

- Pena, Maria Valéria Junho
1981. *Mulheres e trabalhadoras* – presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Perlongher, Néstor
1983. “O negócio do michê: a relação entre o prostituto viril e seu cliente”. Projeto de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas (mimeo).
- Pontes, Heloísa
1982. “Práticas feministas no Brasil contemporâneo – um estudo de caso – o SOS Mulher”. Projeto de pesquisa apresentado à Fundação Carlos Chagas, São Paulo (mimeo).
- Rabb, Theodore K. e Rotberg, Robert J. (eds.)
1973. *The family in history* – interdisciplinary essays. N. Y., Harper Torchbooks.
- Rodrigues, Jessita Martins
1978. *A mulher operária* – um estudo de tecelãs. São Paulo, Ed. Hucitec.
- Rodrigues, Arackcy Martins
1978. *Operário, Operária*. São Paulo, Edições Símbolo.
- Saffioti, Heleieth I. B.
1969. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo, Livraria Quatro Artes.
1978. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis, Vozes.
- Shorter, Edward
1977. *The making of the modern family*. N. Y., Basic Books.
- Schvinger, Amaryllis Alves; Prado, Danda e Castro, Jacqueline
1982. “Secretária: uma ambigüidade em feitiço de profissão”. Projeto de pesquisa apresentado à Fundação Carlos Chagas, São Paulo (mimeo).
- Schwartzman, Simon
1981. “A Igreja e o Estado Novo: o Estatuto da Família”. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, v. 37.
- Slenes, Robert
1983. “Escravidão e família: casamento e compadrio entre os escravos de Campinas no século XIX”. Niterói (mimeo).
- Soares, Pedro Maia
1980. “Feminismo no Rio Grande do Sul: primeiros apontamentos (1835-1945)”. In Bruschini e Rosemberg, cit.
- Socolow, Susan M.
1980. “Marriage, birth and inheritance: the merchant of eighteenth-century Buenos Aires”. *Hispanic American Historical Review*, 60: 3.
- Soeiro, Susan
1974. “The social and economic role of the convent women and nuns in colonial Bahia, 1677-1800”. *HAHR*, 54: 2.
- Souza Lobo, Elizabeth e Paoli, Maria Célia
1982. “Notas sobre o movimento feminino”. *Desvios*, novembro.

- Stolcke, Verena
1980. "Mulheres e Trabalho". *Estudos Cebrap* (26).
- Suplicy, Marta
1983. *Conversando sobre sexo*. Petrópolis, Ed. Vozes.
- Taube, Maria José de Mattos
1983. "Unidades domésticas e o papel das mulheres nas estratégias de mobilização de recursos relações sociais na favela". Campinas (mimeo).
- Teixeira, Amélia Rosa Sá Barreto; Ribeiro, Ana Clara Torres; Chinelli, Filipina e Elias, Roseli
1983. "O trabalho e a trabalhadora fabril a domicílio". In Barroso e Costa, cit.
- Tilly, Louise A. e Scott, Joan W.
1978. *Women, Work and Family*. N. Y., Holt, Rinehart and Winston.
- Wilson, Fiona
1982. "The effect of recent strategies of agricultural changes on the position of women: a review of literature on Latin America". Centre for Development Research, Copenhagen (mimeo).
- Woortmann, Klaas
1975. "Marginal men and dominant women: kinship and sex roles among the poor of Bahia". Ph. D. thesis, University of Harvard (mimeo).
- Zaluar, Alba
1982. "As mulheres e a direção do consumo doméstico (estudo de papéis familiares nas classes populares urbanas)". In Almeida e outros, cit.